



**Resenha:**

**“O TERRITÓRIO ESTÁ EM CRISE: VIVA OS TERRITÓRIOS”**

**Review:**

**“THE TERRITORY IS IN CRISIS: LIVE THE TERRITORIES”**

**Revisión:**

**"TERRITORIO EN CRISIS: VIVA LOS TERRITORIOS"**

BADIE, Bertrand. *O fim dos territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito*. Lisboa: Piaget, 1996.

**Lucas Labigalini FUINI**

Professor Doutor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)/Campus de São João da Boa Vista.  
Avenida Marginal, 585 - Bairro Fazenda Nossa Senhora Aparecida do Jaguari, CEP: 13871-298 - São João da Boa Vista - SP  
Email: [lucasfuini@yahoo.com.br](mailto:lucasfuini@yahoo.com.br).

A obra *O fim dos territórios*, escrita pelo sociólogo francês Bertrand Badie, assume um papel fundamental nas análises da dinâmica sociedade-espço na atualidade e, adquiriu grande repercussão através de sua menção em trabalhos de Rogério Haesbaert, Marcos Aurélio Saquet e Marcelo Lopes Souza. Badie, francês nascido em Paris em 1950, é professor do Instituto de Estudos Políticos de Paris e do Centro de Estudos e Pesquisas Internacionais (CERI), além de atuar como conselheiro e consultor na área de ciências políticas e relações internacionais, tendo já lecionado na Universidade de Paris I e na Universidade de Aurvergne-Clermont. Evidentemente não é uma obra centrada na abordagem geográfica sobre o território e a territorialidade, com uma profusão maior de citação de historiadores, sociólogos e antropólogos, mas se trata de temática que demanda um olhar interdisciplinar e processual. No entanto, a carência do ponto de vista geográfico limita o autor a visualizar e generalizar que a morte do território como instância jurídica representaria a morte do território como instância social mediadora de relações, e aí se levantam vozes como a de Claude Raffestin (1993 [1980]), a propor a abordagem relacional e multidimensional de território, e também a de Antônio C. R. Moraes (2002), ao afirmar que o território pode tanto ser tratado como uma construção simbólica, associado ao

imaginário territorial, quanto material, vinculada à apropriação e dominação dos espaços. É, também, fundamentalmente, uma construção histórica que se modifica em formas e conteúdos com os estágios temporais e que sempre está a se revitalizar.

Lançada em língua portuguesa em 1996, ainda não recebeu tradução no Brasil, o que merece um destaque dada a sua importância na discussão sobre um conceito caro à Geografia, a territorialidade. Badie assume sua tese de que o fim dos territórios é, na verdade, o declínio da concepção de territorialidade moderna vinculada às fronteiras estatais e à ideia de soberania estatal-territorial advinda com o Tratado de Vestfália (1648) e consolidada pelo Congresso de Viena (1815), Conferência de Berlim (1884/1885) e Tratado de Versalhes (1919). A territorialidade do Estado-nação unifica diversas realidades políticas fragmentadas e assume uma hegemonia no pensamento e na ação, sendo tratada desde o século XVIII como parâmetro organizador das relações políticas e econômicas para além do círculo europeu, com o colonialismo e o imperialismo. Torna-se um princípio determinante.

Esse modelo de territorialidade hegemônico, erigido entre os séculos XVI e XVII, substitui territorialidades e identidades ancestrais e religiosas, com a da própria Igreja católica, que passam a conviver e se subordinar à territorialidade estatal já sob o processo capitalista de acumulação. Algumas dessas identidades territoriais tornam-se, com o tempo, tão minoritárias que desaparecem. Outras se tornam emergentes na virada dos anos de 1990, quando identidades culturais de matizes religiosas, étnicas e regionalistas se expressam após anos de supressão sob a estabilidade da ordem bipolar e de Estado-nações em unidade por coerção. Inclusive algumas dessas identidades múltiplas podem se comportar na atualidade, de forma a ou trans-territorial, por serem imateriais e pertencerem uma rede de relações que extravasa as fronteiras nacionais tradicionais.

O livro construído em 302 páginas e oito capítulos se revela um texto envolvente e cujas partes estão fortemente intrincadas, admitindo influências diversas desde a história, sociologia, da antropologia e da própria geografia, como a geografia histórica de Robert Sack (1986) e a geografia política de Jean Gottman (1973). O autor desenvolve a tese de que o território não é um dado, e sim uma construção histórica e um instrumento de ação política fundante da ordem moderna, com a territorialidade como universo de sentido ligado a uma cultura, sendo um princípio jurídico-político que define uma ordem internacional apoiada nas concepções de nação, soberania e segurança. E esse território está em crise dada a globalização/mundialização e seu

caráter desterritorializador e à pluridimensionalidade das relações identitárias e de criação de significados entre os povos viventes no período atual.

Na primeira parte o autor revisita um percurso histórico das concepções de território e territorialidade pré-modernas existentes nas cidades-estado gregas, no império romano, no domínio feudal, com a construção da ordem territorial da Igreja cristã, até se chegar à ordem vestfaliana que, no plano euro-ocidental, unifica em torno de princípios comuns definidores do que é território e aglutina os atores sociais poderosos de então em torno de uma certa ordem territorial da modernidade. Nessa assunção de uma territorialidade jurídico-política hegemônica, vinculada à cultura ocidental, sucumbem, são sobrepostas ou viram minoritárias as territorialidades ancestrais de ordem étnica, religiosa e regionalista, e mesmos as territorialidades desviantes de grupos sociais e culturais.

A segunda parte está consagrada a identificar novas formas de relação entre cultura e espaço que fogem do paradigma territorial consagrado, como as solidariedades étnicas e movimentos de minorias na busca de se constituir forças identitárias nos lugares, alguns carregados de símbolos. Os Estados-gueto, como espaços destinados aos povos oprimidos (caso do *apartheid* na África) se colocam no âmbito de uma relação identidade-território outorgada, sem se permitir a reconstrução de um espaço próprio. Ao admitir a decomposição dos territórios, o autor afirma que a construção do território é um ato de controle político que pode ser contrariado pelo jogo dos fatores culturais e sucumbir ao efeito do processo histórico. Surge, assim, formas de solidariedades e redes sem território fixo, como os acordos e construções regionais, como a comunidade europeia; transnacionalidade de vizinhança, na África, a desterritorialização de fluxos migratórios internacionais e transumâncias e as redes ilegais do narcotráfico e do terrorismo.

São numerosas as situações que conduzem os indivíduos a opor a Estados cambaleantes construções espaciais diferentes, que perturbam as geografias regionais e mergulham a comunidade internacional numa situação de anomia. (...) as lógicas territoriais mudam de sentido e esbatem-se. Não somente se tornam numerosas e súbitas a propensões para divisões, como desembocam na delimitação de espaços dotadas de estatutos inéditos (BADIE, 1996, p. 168-169).

E, na terceira parte, o autor assume a tese do fim dos territórios, mas não da Geografia e nem dos espaços como lugares de coordenação e nós de redes de relações. Seria a crise não propriamente do território geográfico, mas sim de sua associação com o “demasiado político e estatal”, e isso se dá pelas

desterritorializações seletivas, a emergência de um multilateralismo regional. O autor assume duas teses: da ultrapassagem dos territórios estatais por organizações políticas multinacionais e multilaterais, como a ONU (e seu Conselho de Segurança) e os blocos e alianças econômicas regionais, que ferem o elemento da soberania territorial moderna através de intervenções, invasões e operações, com alto impacto em desterritorializações violentas e extremadas, como em cenários de guerra e de políticas macroeconômicas hegemônicas aniquiladoras da diversidade sociocultural e da coesão social e produtiva nacional. Assim, surgem resistências de Estados, e mesmo sentimentos nacionalistas, em relação a processos que apontam para sua dissolução. E pensado nesse cenário de conflitos entre projetos de territorialidades, encontram-se exemplos de recomposição territorial além do esquema estatal, formas de solidariedade, numerosas e variadas, capazes de integrar procedimentos voluntários que transcendem os limites territoriais, por meio da mobilização que se emancipa do quadro nacional. Nesse quadro de relações que se inclinam para um aparente retorno do indivíduo como força política face às mediações institucionais tradicionais, encontram-se realidades de “diáspora” de povos imigrantes, como os norte-coreanos, a buscar apoio e unidade em nações e territórios estrangeiros, o movimento ambientalista e ecológico mundial apoiado nas conferências mundiais da ONU e na ação internacional das ONGs, as identidades étnicas transnacionais expressas em regiões como os Balcãs e o Oriente Médio. O autor aponta também para o risco desse cenário caminhar para uma individualização como princípio liberal de transferir ao mercado e ao consumo as demandas sociais, conduzindo ao individualismo.

A qualidade da obra se mede pelo alto nível de suas questões e problemáticas e não necessariamente pelas conclusões às quais chega. No âmbito das questões desafiadoras é que se coloca o trabalho de Badie, pois que nele ficam pontos passíveis de crítica, como a perspectiva de que o território, como construção de poderes e essencialmente política, se resume ao Estado, dando a entender que reestruturação estatal pós-fordista, nos exemplos neoliberais de Thatcher-Reagan, decreta o fim do Estado como instituição (algo bastante discutível), e que a exclusividade do fazer político no território é do Estado, obliterando a ação de grupos organizados, movimentos sociais, partidos, sindicatos, entre outros, que constroem suas territorialidades no campo das lutas sociais no campo e na cidade. Há um outro ponto importante também, acerca do “destino manifesto” da falência dos Estados-territoriais, um fatalismo científico que desconhece realidades múltiplas pelo mundo de

construção de aparelhos de estado (mecanismos de regulação) e de processos históricos de formatação do imaginário e da identidade territorial nacional, julgando que todas as realidades socioespaciais chegaram a ter Estados plenamente organizados e com amplo controle sobre seus territórios e suas populações.

O Brasil, por exemplo, manifesta uma realidade nacional albergada via força e ideologia por um Estado inicialmente colonial e posteriormente periférico, com características próprias de formação histórica de uma territorialidade na qual o princípio da soberania fora contestado ora pela colonização, ora pela sujeição ao capitalismo inglês ou estadunidense, ou mormente controlada pela elite econômica, a classe dirigente, encastelada no Estado e desejosa do controle de seus fundos territoriais (MORAES, 2000, 2002). No Oriente Médio atual, por exemplo, verifica-se um recrudescimento do tradicionalismo e do autoritarismo islâmicos, em manifestações como o *wahabismo* e o *jihadismo*, em cenário de fragilidade de forças políticas e culturais modernas em países como Iraque, Egito, Arábia Saudita (MOULINE, 2015). Fica um vazio também na obra a respeito das territorialidades culturais e imateriais, tão comumente abordadas na geografia dos últimos vinte anos, não claramente institucionalizadas mas, que expressam a força política de reivindicarem espaços alternativos, heterotopias, como direitos humanos que se refletem no ambiente de produção espacial das cidades, e aí se colocam os movimentos de luta pela moradia, movimentos de respeito e conquista de direitos dos homoafetivos, de reconhecimento social das prostitutas.

Por fim, na conclusão geral Badie faz uma ressalva: o fim dos territórios não consagra a abolição dos espaços nem o desaparecimento das fronteiras, dada a maior flexibilidade e diversidade das relações espaço-temporais que a mundialização nos impõe. Não repetiremos aqui Rogério Haesbaert (2004), que em sua obra indiretamente respondeu ao politicólogo francês com as concepções de re-territorialização e multiterritorialidade comuns na realidade atual de apropriação simbólica e material em movimentos interescares constantes. Na realidade, ao concluir sobre a permanência do espaço como elemento histórico, esquece o autor que o território é uma passagem do espaço, fruto de sua apropriação efetiva, a territorialização do espaço, e também pode ser visto como uma de suas dimensões, e portanto, o que está a se falar é da multiplicação de diversos espaços de solidariedades e coesões novos do ponto de vista do poder político, é sobre a emergência de novos territórios e novas territorialidades que nossos esquemas interpretativos muitas vezes ainda não conseguem captar e explicar. Pois, e aí que

adapto a frase de Carlos Walter Porto-Gonçalves, em texto de 1978 empolgado com a emergência da geografia crítica em solo brasileiro: “se o território está em crise, viva o território”.

## **Referências**

GOTTMANN, Jean. *The significance of territory*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. RJ: Bertrand, 2004.

MOULINE, Nabil. A escalada do tradicionalismo e do autoritarismo no islã. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, ano 8, n. 92, p. 32-33, março de 2014.

MORAES, Antônio C. R. *Bases da formação territorial do Brasil: o território brasileiro no longo século XVI*. SP: Hucitec, 2000.

MORAES, Antônio C. R. *Território e história no Brasil*. SP: Hucitec, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A Geografia está em crise, viva a Geografia! In MOREIRA, Ruy (org.), *Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1981.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. SP: Ática, 1993 [1980].

SACK, Robert. *Human territoriality: its theory and its history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

*Recebido em: outubro/2016.*

*Aceito para publicação em: dezembro/2016.*